



Pode o telejornal decolonizar? Análise das narrativas jornalísticas de emissoras comerciais do estado de Roraima, Brasil

Can television news decolonize? Analysis of journalistic narratives from commercial broadcasters in the state of Roraima, Brazil

¿Pueden los informes televisivos decolonizar? Análisis de narrativas periodísticas de emisoras comerciales del estado de Roraima, Brasil

José Tarcísio da Silva Oliveira Filho

Universidade Federal de Roraima (UFRR), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Boa Vista, RR - Brasil.

Norah Shallymar Gamboa Vela

Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez (UNESR), Programa de Estudios Post doctorales en Filosofía y Ciencias Humanas en Nuestra América, Caracas, DC -Venezuela.

Detalhes Editoriais

Sistema duplo cego

Histórico do Artigo:

Recebido: 14/10/2025

Aceito: 22/12/2025

Disponível online: 30/03/2026

Artigo ID: e2026107

Editoras Chefes:

Dra. Marialva Barbosa

Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ

Dra. Sonia Virginia Moreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ

Editores Responsáveis pelo processo de recepção, desk review e avaliação:

Ana Paula Goulart de Andrade (UFRRJ) e Jorge

Carlos Felz Ferreira (UFJF)

Editores Executivos:

Dr. Jorge C. Felz Ferreira

Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Dra. Ana Paula Goulart de Andrade

Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ

Editor Associado:

Dr. Sandro Torres de Azevedo

Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ

Revisoras:

Cristine Gerck (português)

Felicity Clarke (Inglês)

Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ

Editoração e marcação XML:

IR Publicações

Financiamento:

CNPq

Como citar:

OLIVEIRA FILHO, J. T. da S.; GAMBOA VELA, N. S. *Pode o telejornal decolonizar? Análise das narrativas jornalísticas de emissoras comerciais do estado de Roraima, Brasil*. São Paulo: INTERCOM - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 49(2026) e2026107. <https://doi.org/10.1590/1809-58442026107pt>.

Autor(a) de contato:

José Tarcísio da Silva Oliveira Filho
jtarcisiofilho@gmail.com

Resumo

Em atenção às premissas do projeto acadêmico-político decolonial, o artigo reflete sobre como (e se) o jornalismo audiovisual de emissoras comerciais pode se constituir como um espaço possível para a circulação de narrativas decoloniais, de modo a contribuir com o giro epistêmico que envolve a decolonialidade. Por meio de pesquisa bibliográfica, é realizada uma aproximação conceitual entre as ideias decoloniais e o telejornalismo, além de fundamentar o desenvolvimento metodológico para a análise de 234 unidades narrativas oriundas de telejornais das quatro emissoras do estado nortista de Roraima que produzem conteúdo informativo. Os resultados apontam que, apesar do potencial do jornalismo em contribuir com o giro decolonial, as narrativas jornalísticas analisadas, em sua maioria, não permitem desconstruir ou questionar as matrizes coloniais que reforçam a condição de “condenado” das populações do Sul.

Palavras-chave: Colonialidade; Telejornalismo; Populações do Sul; Giro Decolonial; Condenados.

Abstract

In line with the premises of the decolonial academic-political project, this article reflects on how (and whether) audiovisual journalism by commercial broadcasters can constitute a possible space for the circulation of decolonial narratives, in order to contribute to the epistemic shift involving decoloniality. Through a literature review, a conceptual approximation between decolonial ideas and television journalism is carried out, in addition to providing the methodological basis for the analysis of 234 narrative units from television news programs from the four broadcasters in the northern state of Roraima, Brazil, that produce informative content. The results indicate that, despite journalism's potential to contribute to the decolonial turn, most of the journalistic narratives analyzed do not allow for the deconstruction or questioning of the colonial matrices that reinforce the “condemned” status of the populations of the South.

Keywords: Coloniality; Television Journalism; Populations of the South; Decolonial Turn; Convicted.



CRedit

- Conflitos de Interesse: os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
- Contribuição dos autores: Conceitualização, análise formal, investigação, metodologia, Escrita – rascunho, revisão e edição final: OLIVEIRA FILHO, J. T. da S.; GAMBOA VELA, N. S.

Disponibilidade dos Dados:

Todos os dados que deram base ao presente artigo encontram-se no corpo do texto.

A Revista Intercom incentiva o compartilhamento de dados mas, por observância a ditames éticos, não demanda a divulgação de qualquer meio de identificação de sujeitos de pesquisa, preservando a privacidade dos sujeitos de pesquisa. A prática de *open data* é viabilizar a reproducibilidade de resultados, e assegurar a irrestrita transparência dos resultados da pesquisa publicada, sem que seja demandada a identidade de sujeitos de pesquisa.

Linguagem inclusiva:

Os autores usam linguagem inclusiva que reconhece a diversidade, demonstra respeito por todas as pessoas, é sensível a diferenças e promove oportunidades iguais.

Verificação de plágio:

A Revista Intercom submete todos os documentos aprovados para a publicação à verificação de plágio, mediante o uso de ferramenta específica.

Resumen

Partiendo de las premisas del proyecto académico-político decolonial, este artículo reflexiona sobre cómo (y si) el periodismo audiovisual de las emisoras comerciales puede constituir un espacio potencial para la circulación de narrativas decoloniales, contribuyendo al cambio epistémico que engloba la decolonialidad. A través de una investigación bibliográfica, se establece una conexión conceptual entre las ideas decoloniales y el periodismo televisivo, también se desarrolla un método para el análisis de 234 unidades narrativas de noticieros de cuatro emisoras del estado de Roraima, Brasil, que producen contenido informativo. Los resultados indican que, a pesar del potencial del periodismo para contribuir al cambio decolonial, la mayoría de las narrativas periodísticas analizadas no permiten la deconstrucción ni el cuestionamiento de las matrices coloniales que refuerzan la condición de “condenada” de las poblaciones del Sur.

Palabras clave: Colonialidad; Periodismo; Poblaciones del Sur; Giro decolonial; Condenados.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC- BY). Os autores retêm todos os direitos autorais, transferindo para a Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação o direito de realizar a publicação original e mantê-la sempre atualizada.



Introdução

Mesmo com a independência das antigas colônias, a herança colonial ainda se converte em violência contra saberes, corpos e maneiras de interpretar e vivenciar a realidade. No entanto, nas últimas décadas, diferentes campos de conhecimento têm buscado reconhecer a importância de refletir sobre como suas teorias e práticas são excludentes, indagando, assim, como considerar em aspectos normativos, educacionais, de saúde, meio ambiente, midiáticos, entre outros, as populações e os povos que até hoje são afetados pela colonialidade (Almeida; Sallet, 2022; Villanueva; Lima; Carrasco, 2023).

A decolonialidade, enquanto projeto acadêmico-político, surge com o intuito de esclarecer a colonialidade do saber, do poder e do ser, convocando uma ação no presente para transformar a realidade. Seu desenvolvimento ocorre, principalmente, a partir de experiências das populações afrodiáspóricas e indígenas, localizando a raça como um dos pilares para sua problematização – assim reconhecendo o eurocentrismo como responsável por instituí-la como “categoria” de poder em relação aos homens brancos (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2024). Alguns autores, como Santos (2021), ampliam o mapeamento das vítimas do sistema colonial na contemporaneidade, a exemplo de refugiados, idosos e até mesmo as mulheres, identificando as desigualdades impostas pela ordem econômica global nos chamados países do Sul.

Uma das críticas aos estudos decoloniais realizada por Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2024), é de que suas ideias não se traduzem em intervenção social, se restringindo, muitas vezes, a diálogos entre teóricos e circunscritas à academia. Nesta pesquisa, realizada em estágio pós-doutoral na Universidade Nacional Experimental Simón Rodríguez (Caracas/Venezuela), na Linha de Pesquisa Filosofia e Ciências Humanas em Nossa América, buscamos compreender como o jornalismo audiovisual pode se constituir como um espaço possível para a circulação de narrativas decoloniais. Conforme estudos da Rede de Pesquisadores em Telejornalismo (Porcello, 2011; Vizeu, 2009), o telejornalismo é como uma praça pública, pois possui referencialidade no meio social, refletindo debates, problemas e identidades que fazem parte do cotidiano brasileiro, um país em que a televisão possui grande adesão, chegando em 93,3% dos domicílios através do aparelho televisor, e podendo ser acessada por outros dispositivos pela internet (Loschi, 2025).

A pesquisa bibliográfica (Sousa; Oliveira; Alves, 2021) é acionada para se aprofundar sobre o conceito de decolonialidade e promover conexões com o jornalismo audiovisual no contexto brasileiro. Posteriormente, recorreremos à proposta metodológica de análise do telejornalismo a partir das ideias decoloniais (Oliveira Filho, 2025) para analisar 234 unidades narrativas de quatro telejornais oriundos de emissoras comerciais do estado de Roraima.

Conjugando decolonialidade e telejornalismo

A decolonialidade envolve problematizar aspectos ligados à dominação colonial moderna e que permanecem presentes de maneira violenta nos países chamados de terceiro mundo e em desenvolvimento, como o racismo, o eurocentrismo e o cientificismo (Quijano, 2005; Walsh, 2009). Sua abordagem transborda o campo teórico, pois, enquanto projeto acadêmico-político, possui as finalidades de transformação social e de libertação por meio do conhecimento, dos saberes e da resistência dos povos, chamados de “condenados”, que foram e permanecem vítimas de opressões colonizadoras.

A decolonialidade desestabiliza as seguranças atreladas ao sujeito-cidadão por contestar aspectos normativos e geopolíticos da dominação colonial, como as regras e instituições que fundamentam a própria noção de civilização moderna. Os condenados, assim, detêm o potencial de questionar e serem agentes de mudança, mesmo que frequentemente a sociedade minimize suas lutas e pautas (Maldonado-Torres, 2024; Fanon, 2008). Alguns exemplos que atingem os países latino-americanos referem-se aos debates que perpassam pela resistência à demarcação das terras e às cosmovisões indígenas, ao reconhecimento do racismo estrutural, além da dominação pelas relações de trabalho e da raça (Kopenawa; Albert, 2023; Santos, 2022; Soares, 2024; Quijano, 2005).

Logo, a decolonialidade representa um movimento de resistência em favor de algo maior do que a atual visão de modernidade ocidental, esta tomada como uma narrativa temporal que a faz parecer um espaço privilegiado de civilização em oposição a outras perspectivas possíveis. Possui como princípio a busca de uma outra ordem mundial, pautada pela “luta pela criação de um mundo onde muitos mundos possam existir, e onde, portanto, diferentes concepções de tempo, espaço e subjetividade possam coexistir e também se relacionar produtivamente” (Maldonado-Torres, 2024, p. 36).

Para Maldonado-Torres (2024), a colonialidade do saber (sistemas de conhecimento), ser (identidade e subjetividade do sujeito) e poder (hierarquias culturais, raciais, estruturais e econômicas) envolve a naturalização



das guerras e as modalidades das diferenças humanas que passam a constituir, mesmo que parcialmente, a experiência moderna. A subjetividade é um fator que perpassa as três dimensões, já que a concepção do sujeito engloba sua localização no tempo e no espaço, assim como na estrutura de poder e na cultura. O sujeito também possui relevância por ser o agente que conecta tais dimensões, sendo “um campo de luta e um espaço que deve ser controlado e dominado para que a coerência de uma dada ordem e visão de mundo continue estável” (Maldonado-Torres, 2024, p. 25). Esse entendimento é reforçado por Quijano (2005), ao destacar que a dominação da intersubjetividade, da cultura e do conhecimento, é uma forma de controle do poder. É neste sentido que Walsh (2019, p. 27), em uma discussão articulada à interculturalidade, ou seja, pela valorização das diferenças, trocas e miscigenações culturais, defende que tal paradigma possui o potencial de questionar a colonialidade do poder por tornar visível a diferença colonial que “visibilize e rearticule em novas políticas de subjetividade de uma diferença lógica, torna-o crítico, pois modifica o presente da colonialidade do poder e do sistema-mundo moderno/colonial”.

Um dos processos que permite que a decolonialidade se torne uma ação de transformação é o giro decolonial (Maldonado-Torres, 2024; Fanon, 2008), quando o condenado adquire consciência sobre as violências e pressões da colonialidade, abrindo o seu corpo para a atitude decolonial, questionando e se distanciando dos imperativos e das normas que lhe são impostos. Nesta dinâmica, a comunicação, enquanto acontecimento interacional circunscrito às experiências de seu(s) participante(s) e suscetível à mudança do próprio ser (Marcondes Filho, 2010), é motriz, pois estabelece diálogos sobre questões críticas que possuem relação com a experiência vivida em uma dimensão coletiva. Um movimento que permite ilustrar o giro decolonial, citado por Maldonado-Torres (2024), é o *Black Lives Matter* (no português, “Vidas Negras Importam”) que, após a morte violenta de dois homens negros nos Estados Unidos, em 2013 e 2014, estimulou a formação de movimentos sociais antirracistas em diferentes partes no mundo, despertando a consciência a respeito da herança racista ligada às práticas coloniais e ao eurocentrismo.

A comunicação, a partir das ideias decoloniais, implica em considerar uma posição política que abarca as perspectivas das pessoas/condenados que foram, historicamente, excluídas dos processos comunicacionais hegemônicos, sendo, portanto, aberta às ações de resistência e comprometida com a liberdade, em que “a pluralidade de vozes, atores e ideias transborda as consequências e atualizações da matriz colonial na comunicação, caracterizada até hoje pelo silenciamento, subalternização, desumanização e dicotomias simplificadoras” (Villanueva; Lima; Carrasco, 2023, p. 19). Indagamos, neste sentido, como o telejornalismo poderia desempenhar, em suas narrativas, uma atuação alinhada às propostas decoloniais.

Primeiramente, deve-se reconhecer o lugar de referência do telejornalismo na sociedade brasileira, transcendendo uma concepção exclusivamente tecnológica para refletir sobre seu papel enquanto produtor de conhecimento e de interpretação da realidade, contribuindo para a formação da visão de mundo dos espectadores, a denominada função pedagógica (Vizeu, 2009). Com o avanço das novas tecnologias e da cultura participativa, expande-se a interação das narrativas jornalísticas audiovisuais para outros ambientes, públicos e telas do ecossistema midiático, como plataformas de mídias sociais e de *streaming*, ampliando o alcance e reforçando o lugar de referência – mesmo que em um ecossistema mais diverso em termos de oferta, consumo e circulação.

Entretanto, pontua-se que o telejornalismo no Brasil teve influência do modelo estadunidense, desde a concepção cênica dos noticiários, até gêneros e formatos noticiosos. Telejornais das décadas iniciais de televisão brasileira, como o *Repórter Esso*, que foi “importado” da mídia radiofônica e dos Estados Unidos, e até mesmo o *Jornal Nacional*, veiculado até os dias atuais, tiveram suas origens no hemisfério Norte. Porém, não houve uma submissão ao modo estadunidense de fazer telejornalismo. Kneipp (2008), ao realizar um histórico sobre o telejornalismo brasileiro, incluindo pesquisas com jornalistas, relata o caso da reportagem de rua investigativa que, presente no campo profissional brasileiro, é praticamente inexistente nos Estados Unidos.

Resgatando as dimensões do ser, saber e poder de Maldonado-Torres (2024), podemos considerar que a decolonialidade no telejornalismo pode ser abordada através de duas instâncias. Uma primeira, oriunda de organizações que representam as mídias alternativas, distantes do modelo hegemônico comercial/privado que concentra os investimentos e a audiência televisiva no país, cujas matrizes editoriais são definidas no eixo Rio-São Paulo (Oliveira Filho, 2021). Essas organizações são compostas por associações envolvendo povos condenados, como quilombolas, indígenas e imigrantes, que tentam escapar do controle oriundo do modo de fazer comunicação pela lógica colonial/moderna. Desse modo, tais populações não apenas contribuem com testemunhos, mas também integram o próprio processo produtivo.

A segunda instância é atrelada às narrativas jornalísticas, independentemente da organização responsável pela sua tessitura e circulação, remetendo à certa responsabilidade das empresas de mídia em considerarem nas rotinas produtivas suas funções sociais e as populações que compõem a audiência. As narrativas jornalísticas, como forma de traduzir o conhecimento sobre o mundo, hierarquizar personagens e dotadas de intenções

(Motta, 2013), possuem o potencial de conceder visibilidade não apenas aos condenados, mas também às suas reivindicações e aos acontecimentos em que estão inseridos. Ao apresentarem as vivências e experiências das pessoas que sofreram com os processos colonizadores, instauram processos de identificação, atributo elementar para que a decolonialidade se concretize enquanto projeto coletivo.

Articulações metodológicas para análise

Em pesquisa anterior (Oliveira Filho, 2025), estabelecemos parâmetros metodológicos para análise de narrativas jornalísticas audiovisuais a partir do projeto acadêmico-político decolonial. Em um movimento inicial, guiados pelos estudos de Santos (2021) sobre epistemologias e populações do Sul, almejamos compreender quem são os sujeitos condenados, considerando a realidade sociocultural e histórica latino-americana. Estes grupos estariam localizados em um dos lados do que o autor denomina como linha abissal: seres considerados sub-humanos, ontologicamente inferiores em detrimento ao lado daqueles dotados da dignidade humana. O lado sub-humano da linha abissal é demarcada pela sociabilidade colonial, cuja existência não garante direitos em sua efetividade para o indivíduo que pode, inclusive, estar sujeito ao fascismo social mesmo em sociedades democráticas.

Com uma discussão ampliada durante o período pandêmico da Covid-19, Santos (2021) segmenta as populações do Sul em grupos de acordo com linhas abissais que atravessam suas experiências de vida, com maiores ênfases naquelas ligadas ao capitalismo, colonialidade e patriarcado. De modo especial, as populações afetadas pelas linha abissal racista-colonialista nos chamam a atenção, por serem as principais atingidas pelas dominações atreladas ao ser, saber e poder, que permeiam as experiências de tempo, espaço e subjetividade dos condenados. São elas: populações de matrizes africanas/negras, povos quilombolas, indígenas e ciganos, refugiados, imigrantes e pessoas deslocadas internamente. Outras populações citadas por Santos (2021), e que são consideradas nesse estudo, são as mulheres, pessoas com deficiência, idosos, entre outros. A identificação desses sujeitos pelas narrativas telejornalísticas demarca cautelas analíticas, de modo não apenas a refletir sobre como são representadas, mas também de verificar como características interseccionais (envolvendo raça, gênero e classe social) oferecem novas reflexões sobre os sistemas de dominação atuantes nestes sujeitos.

Ainda foram acionados na etapa metodológica aportes sobre narrativas jornalísticas e dramaturgia do telejornalismo (Motta, 2013; Coutinho, 2012), como forma de refletir sobre as estruturas narrativas, observando como as populações do Sul são figuradas, os conflitos narrativos e as intenções de quem enuncia. Como proposta metodológica, chegamos a seis indicadores analíticos que permitem refletir sobre as narrativas telejornalísticas a partir da perspectiva decolonial. Os indicadores são como perguntas a serem feitas ao objeto analisado (reportagens, notícias, documentários, vídeos curtos em mídias sociais etc.):

- São abordadas pessoas com diferentes visões sobre o assunto?
- Os sujeitos que compõem as Populações do Sul são entrevistados?
- A narrativa conduz para produção de sentidos que possibilite formar uma consciência sobre a experiência do condenado no mundo?
- É possível compreender as origens dos conflitos sociais a partir de aspectos ligados à colonização?
- A narrativa promove uma imersão em ações de atitudes decoloniais que podem gerar questionamentos?
- A narrativa permite a desconstrução de representações coletivas estereotipadas?

Os indicadores não são rígidos, devem ser vistos como fissuras de entrada para refletir sobre o audiovisual investigado. Ademais, deve-se ponderar que um telejornalismo alinhado ao projeto decolonial envolve sua análise a partir do potencial de contribuição para o giro decolonial dos condenados – mesmo que este processo seja demorado e perpassa por outras vivências para além daquelas proporcionadas pelas narrativas jornalísticas e midiáticas.

Nesta pesquisa propomos analisar narrativas de quatro telejornais das quatro emissoras comerciais organizados em sistema de afiliadas¹ que possuem produção jornalística própria no estado de Roraima, a saber:

¹ O sistema de afiliação brasileiro resulta em um engessamento na grade das emissoras locais e regionais para pertencerem à rede. As afiliadas, sejam elas do SBT, RecordTV, Band e da TV Globo, precisam seguir regras estabelecidas pelas matrizes que limitam suas autonomias, sendo consequência do sistema de rede estabelecido na Ditadura Militar com o intuito de controlar o conteúdo (Oliveira Filho, 2021).



Jornal de Roraima 1ª Edição – JRR1 (Rede Amazônica, afiliada TV Globo), *Cidade Alerta* (TV Imperial, afiliada Record TV), *Tá na Hora Roraima* (TV Norte, afiliada SBT) e *Band Cidade* (Band Roraima, afiliada Band). A justificativa para a seleção dos objetos compreende que, por serem concessões públicas, as emissoras, mesmo de modelo comercial, prestam um serviço público, tendo assim um compromisso em combater discursos estigmatizados, principalmente em regiões em que tais enunciações são mais presentes.

Roraima desponta como um espaço rico para análise de aspectos decoloniais devido à sua diversidade sociocultural e política: é a unidade federativa brasileira com a maior porcentagem de pessoas indígenas e de imigrantes, 15,29% e 12,75% da população do estado, respectivamente (Instituto, 2025), além da expressiva presença de comunidades ribeirinhas, resultado do processo de ocupação pelas vias fluviais, como o Rio Branco. Apesar disso, convive com apoios populares e políticos conservadores, que frequentemente incluem posicionamentos que desfavorecem tais populações, registrando a maior votação proporcional por habitante do país (69,57% no primeiro turno, 76,08% no segundo turno) para o candidato da extrema direita nas eleições presenciais de 2022, Jair Bolsonaro, que defendeu políticas anti-imigração e contra povos indígenas quando foi presidente, entre 2019 e 2022 (Barretto Filho, 2020; Mendes; Menezes, 2019; Ramalho, 2022).

A coleta dos conteúdos foi realizada pelas plataformas digitais em que as emissoras disponibilizam as edições, envolvendo o período de uma semana por telejornal nos meses de abril e maio de 2025. As edições foram fragmentadas por unidade narrativa/informativa, totalizando 234 unidades narrativas, entre reportagens, ao vivo, *stand-ups*, notas cobertas e secas e quadros institucionais. A análise consiste em um gesto interpretativo dos pesquisadores a partir dos seis indicadores relatados na etapa metodológica.

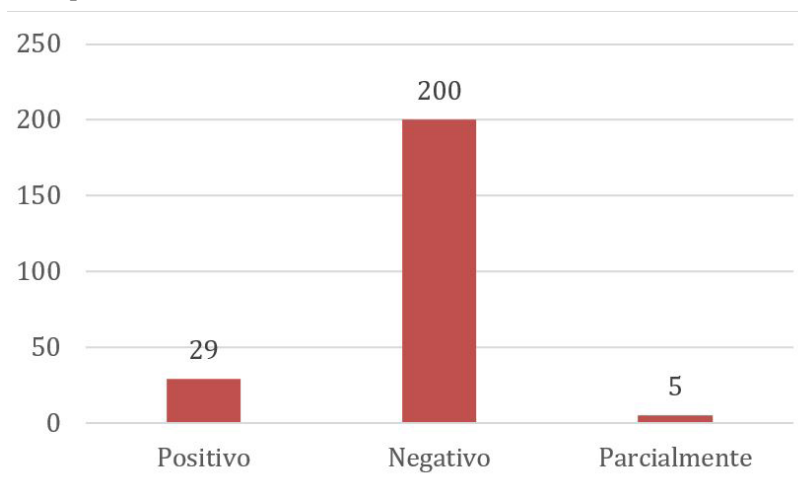
Experiência analítica em telejornais comerciais de Roraima

No primeiro indicador, relativo à presença de pessoas com diferentes visões sobre o assunto, as notícias frequentemente mostram apenas um lado da história, geralmente o “oficial”, principalmente em notícias policiais. Isso pode ser explicado pelo fato de as transmissões ao vivo predominarem entre os formatos utilizados, sendo compostas geralmente por um entrevistado (Gráfico 1).

Uma hipótese que contribui para a compreensão dos dados é a possível carência de recursos humanos na instância da produção, já que foi frequente o mesmo repórter fazer duas ou três aparições ao vivo por edição em três, dos quatro telejornais. A ausência da pluralidade de vozes compromete um maior aprofundamento dos acontecimentos relatados, limitando, também, a emergência de novas formas de vivenciar o mundo, um aspecto central ao projeto decolonial (Maldonado-Torres, 2024).

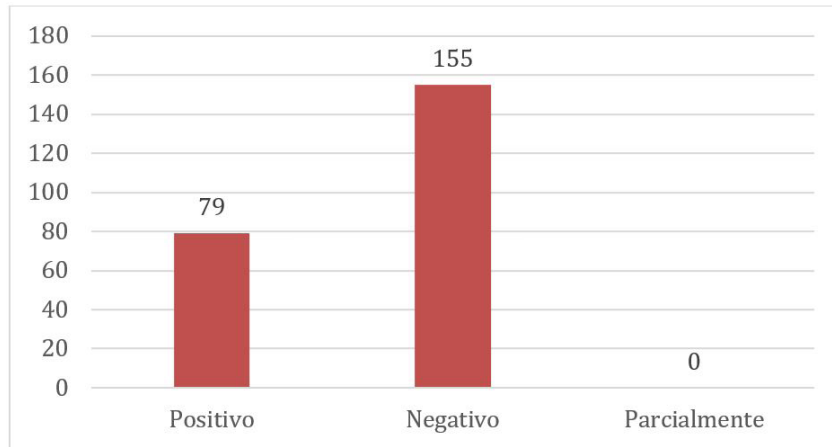
O segundo indicador reflete se os sujeitos que compõem as populações do Sul são entrevistados. O ato da fala é apontado como um importante atributo para a atitude decolonial (Fanon, 2008), podendo contribuir para a tomada de consciência por parte dos condenados sobre as opressões oriundas da colonialidade e até mesmo desconstruir representações coletivas estigmatizadas sobre essas populações. Foram considerados nesse indicador sujeitos das populações afetadas pelas linha abissal “racista-colonialista” de Santos (2021), além de mulheres, idosos, pessoas com deficiência, entre outros inseridos na noção de “condenado” (Maldonado-Torres, 2024; Fanon, 2008).

Gráfico 1 - São abordadas pessoas com diferentes visões sobre o assunto?



Fonte: dos autores, 2025



Gráfico 2 - As populações do Sul são entrevistadas?

Fonte: dos autores, 2025

Além da maioria das notícias não promover a inserção das populações do Sul (Gráfico 2), em alguns casos os condenados não são escutados mesmo quando os assuntos estão relacionados com a sua cultura, como uma notícia ao vivo do *JRR1* de 21 de maio sobre um conflito envolvendo agentes de saúde e povos indígenas no território indígena Yanomami. A repórter afirmou que o conflito começou porque os indígenas estavam sob influência de uma bebida tradicional, o Caxiri. A afirmação além de questionar as tradições, também não inclui a versão desses povos, posicionados como agressores na narrativa, numa clara oposição à noção de civilização ocidental.

Destaca-se que, apesar dos condenados aparecerem em 79 notícias, na maior parte das vezes é para reforçar suas posições no sistema colonialista. Como em quatro notícias sobre o Dia das Mães veiculadas pelos *Cidade Alerta* e *Tá na Hora Roraima*, todas centradas no consumo/capital, como expectativa do comércio e opções de presentes.

O terceiro indicador instiga observar se a narrativa conduz para produção de sentidos que possibilite formar uma consciência sobre a experiência do condenado no mundo (Gráfico 3).

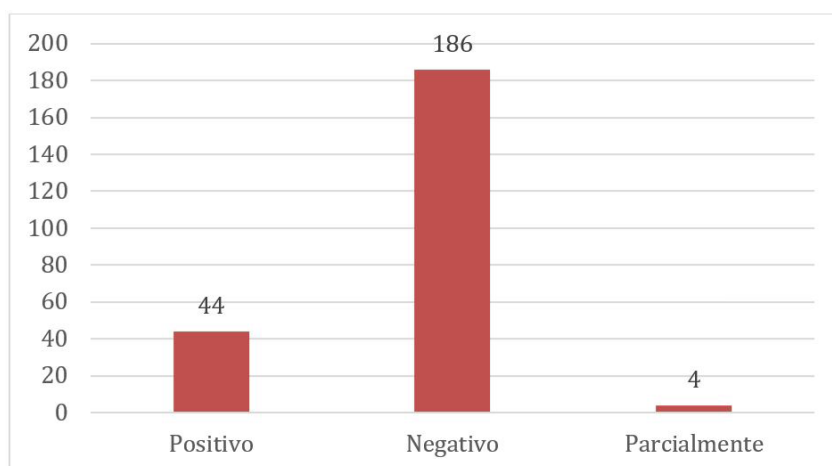
Nos conteúdos analisados, a referida tomada de consciência encontra potencial para emergência em narrativas que abordam a experiência dos condenados, como as que tratam sobre as violências físicas, econômicas e simbólicas que afetam as populações mais vulneráveis, a exemplo da pobreza e os assédios morais e sexuais, além das dificuldades enfrentadas por imigrantes venezuelanos.

Uma das notícias nesse sentido foi uma reportagem exibida pelo *Cidade Alerta* em 08 de maio que entrevistou a primeira quilombola a se graduar em uma universidade pública de Roraima. Em sua fala, a entrevistada relatou o processo de reconhecimento como mulher negra na formação universitária, além de explicar como a forma eurocêntrica de ver o mundo afeta a sociedade e limita, não apenas no agir, mas também nas dimensões do ser e saber, as pessoas afrodescendentes. Desse modo, a narrativa concede visibilidade ao giro epistêmico da condenada, demonstrando um corpo aberto ao questionamento que resulta em novas formas de pensar e se enxergar, em referência à concretude do giro decolonial (Maldonado-Torres, 2024). A reportagem também foi uma das poucas contempladas no indicador seguinte (Gráfico 4).

As edições analisadas não demonstram preocupação em compreender as origens dos conflitos sociais narrados. As notícias frequentemente se limitam à factualidade, evidenciando a superficialidade na estruturação das narrativas. Além da reportagem citada, um outro caso positivo foi quando uma sindicalista, em matéria exibida no dia 07 de maio no *Cidade Alerta* reclamou das condições de trabalho e da baixa remuneração, demonstrando os efeitos do capitalismo entre os povos condenados.

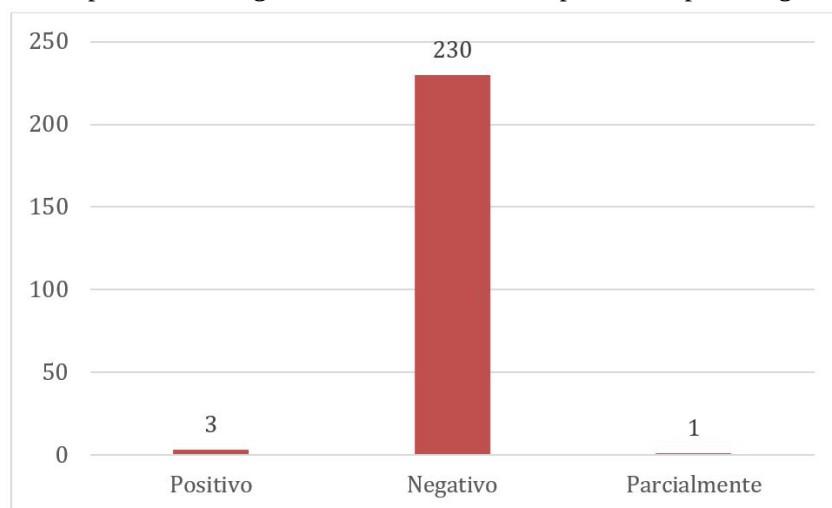
É notável que o alinhamento das narrativas segue o sistema econômico dominante nas sociedades ocidentais. Outra situação que permite ilustrar essa afirmação ocorreu em uma reportagem veiculada em 24 de abril no *JRR1*, sobre um instituto voltado à reeducação a condenados pela Justiça. Nela, predominam-se imagens borradas de presidiários trabalhando em serviços braçais. Uma entrevistada, envolvida no projeto, menciona que por meio do trabalho eles são ressocializados, demarcando a inserção no sistema de relações de produção capitalista enquanto atributo central para atingir a condição de “cidadão”. Em síntese, Quijano (2005) relata como o capitalismo é um dos pilares do processo de modernidade sob a ótica eurocêntrica. Apesar do capital existir antes do capitalismo, foi na América que exerceu controle sobre o trabalho, em uma relação próxima com a

Gráfico 3 - A narrativa conduz para produção de sentidos que possibilite formar uma consciência sobre a experiência do condenado no mundo?



Fonte: dos autores, 2025

Gráfico 4 - É possível compreender as origens dos conflitos sociais a partir de aspectos ligados à colonização?



Fonte: dos autores, 2025

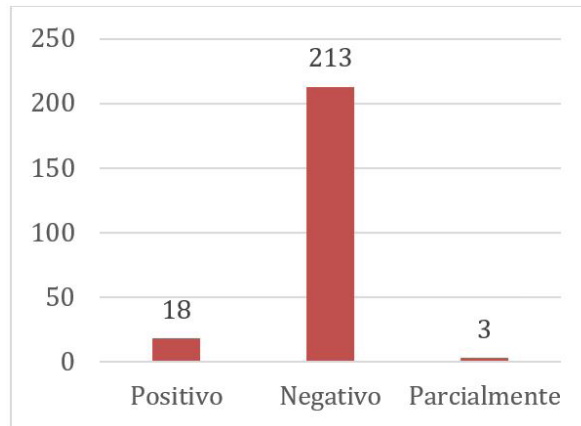
colonialidade do poder. No mesmo conteúdo, Deus também é outro marcador constantemente acionado, em uma analogia à “cura” ou status de “civilização” pelas religiões cristãs².

Os dois últimos indicadores apresentam resultados semelhantes (Gráficos 5 e 6).

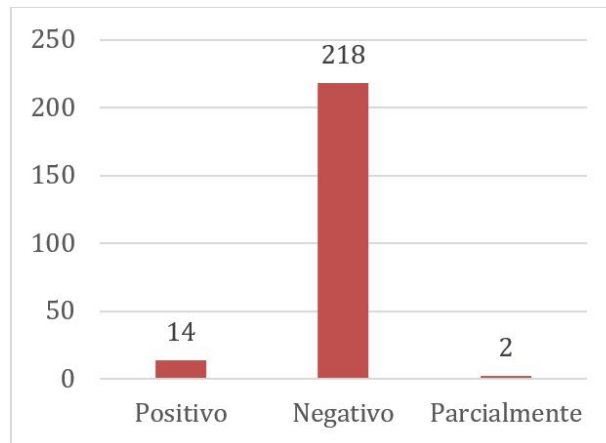
Em relação ao Gráfico 5, a imersão em atitudes decoloniais que podem gerar questionamentos, em referência à primeira etapa para o giro decolonial (Maldonado-Torres, 2024), é mais frequente em notícias que envolvem comunidades e problemas sociais que, diante da ausência de acesso a direitos básicos, como saúde educação, realizam atos, a exemplo de protestos e da instauração do próprio acontecimento jornalístico (Sodré, 2012) pelo telejornal para expressar a demanda de mudanças sociais às autoridades. É o que aconteceu em um comentário político, realizado por um homem pardo no *Tá na Hora* de 19 de maio, sobre a demora da apuração da CPI das Terras pela Assembleia Legislativa de Roraima, que investigava a apropriação irregular de terras públicas e de grilagem, inclusive em terras indígenas.

Um fator que permite explicar a expressiva quantidade de “negativo” neste indicador é que os condenados, na maioria das notícias, não são os personagens principais. Portanto, suas experiências não ocupam protagonismo na estruturação das narrativas.

² Apesar das religiões cristãs terem origem no Oriente Médio, elas foram predominantes na Europa. Mesmo não sendo unânime na academia a relação de tais religiões com o eurocentrismo, foram os portugueses que inseriram o catolicismo no Brasil através de uma violência simbólica contra povos originários por meio de missões focadas na proposta de “civilização”, como as jesuítas, de modo mais amplo, e as salesianas, com grande efeito entre os povos do Alto Rio Negro da Amazônia e no Mato Grosso (Costa, 2021).

Gráfico 5 - A narrativa promove uma imersão em ações de atitudes decoloniais que podem gerar questionamentos?

Fonte: dos autores, 2025

Gráfico 6 - A narrativa permite a desconstrução de representações coletivas estereotipadas?

Fonte: dos autores, 2025

O último indicador demonstra a limitação dos telejornais em instaurar processos de desconstrução de representações coletivas estereotipadas (Gráfico 6). Além disso, há um reforço dos estigmas, principalmente por associar certos grupos e raças a problemas sociais, como a violência e o assistencialismo. Isso é visível em notícias que envolvem imigrantes venezuelanos, cuja população em Roraima cresceu de modo significativo desde meados da década de 2010, devido às crises políticas e econômicas na Venezuela. Os quatro telejornais analisados frisaram a nacionalidade de suspeitos de delitos quando eram venezuelanos, reforçando a perspectiva estigmatizada da imigração e do imigrante como problema social (Sayad, 1998). Quando os suspeitos eram brasileiros, a nacionalidade não foi mencionada em nenhuma notícia analisada.

Em casos de narrativas com tom positivo, a nacionalidade frequentemente era ocultada, como na reportagem do *Band Cidade*, de 23 de maio, que mostrou a transformação da ganhadora de uma promoção da emissora em parceria com um estúdio de beleza. O vídeo, mesmo possuindo mais de dois minutos, em nenhum momento mencionou, seja no texto do repórter ou nas falas dos entrevistados, que a ganhadora era uma venezuelana, referindo-se à mesma apenas como “telespectadora”. A identificação da imigrante ocorreu pelo sotaque e fisionomia, o que nos leva questionar o porquê da recusa no uso de termos que permitem identificar a situação de condenada da mulher, como “imigrante” ou “venezuelana”, em uma reportagem não apenas positiva, mas também com forte vínculo institucional com a Band Roraima.

Os resultados da análise, a partir dos seis indicadores, demonstram um distanciamento do projeto decolonial com as narrativas dos quatro telejornais oriundos de emissoras privadas de Roraima. A ausência da pluralidade de vozes sufoca a emergência de novas visões sobre os acontecimentos narrados, impossibilitando que a abordagem decolonial tome corpo. Os sujeitos que compõem as populações do Sul, apesar de concederem entrevistas em 33% das unidades narrativas coletadas, nem sempre aparecem em condições de contribuir com a tomada de consciência do condenado a respeito das opressões oriundas da colonialidade – o que reflete na quase

nulidade de ocorrências positivas nos três últimos indicadores, que dependem de narrativas complexas e mais estruturadas, de maneira a resgatar as origens de questões ligadas ao racismo estrutural, ao xenofobismo, ao etarismo e ao machismo, por exemplo.

As populações do Sul possuem distinções em relação ao modo como são visibilizadas nas entrevistas. As pessoas negras e pardas são mais frequentes em notícias que lidam com problemas de infraestrutura urbana, violência e cultura popular. Alguns exemplos, referem-se ao quadro Fala Comunidade (*JRR1*), entrevistas com familiares de vítimas de violências físicas e simbólicas (ocorrência em todos os telejornais) e entrevistas com integrantes do evento Norte Bumbás, que ocorreu em Manaus com a presença dos bois Garantido e Caprichoso, patrimônios culturais do Brasil com origem na cidade de Parintins, também no Amazonas. No entanto, este último, que valoriza uma tradição popular que possui raízes nas tradições amazônicas, é subordinada ao capital, pois é um evento organizado pela única emissora que fez a cobertura jornalística, a TV Norte, pelo telejornal *Tá na Hora*.

É necessário considerar que os quatro telejornais integram estruturas que mantêm a colonialidade pulsante em Roraima e, num contexto mais amplo, em parte significativa dos países colonizados. Como mencionado, quantidade considerável da população do estado demonstra-se politicamente alinhada às posições opressoras dos condenados. Os meios de comunicação hegemônicos atuam em uma lógica inserida no capitalismo para sua manutenção: são reflexos da herança do modelo privado/comercial, que é predominante na radiodifusão brasileira. Com isso, muitos dos conteúdos são produzidos considerando o público e o conseqüente potencial índice de audiência, que são condicionantes para atrair recursos, públicos ou empresariais, via publicidade. O conceito de Audiência Presumida de Vizeu (2006) auxilia a sustentar tal reflexão ao conceber que os jornalistas muitas vezes antecipam a audiência em seus textos, podendo colaborar para reforçar preconceitos, excluir determinados públicos e estereotipar outros.

Logo, ausenta-se nas narrativas analisadas certo comprometimento com uma posição política que abarque as reivindicações das pessoas condenadas, que poderia contribuir para o giro decolonial, como defendem Villanueva, Lima e Carrasco (2023). Soma-se a isso que elas também não integram o próprio processo produtivo. Dos quatro telejornais analisados, apenas no *JRR1* a apresentação é realizada por uma pessoa negra. Os indígenas não aparecem como repórteres ou apresentadores, mesmo que, há mais de uma década, o único curso de graduação em Jornalismo do estado reserve uma fração de suas vagas para estudantes indígenas³.

Considerações finais

A proposta de realizar uma aproximação entre o projeto decolonial e o jornalismo audiovisual é potente, apesar de pouco latente no caso dos telejornais de emissoras privadas de Roraima analisados. Além da interferência do modelo de financiamento, considera-se que a preocupação em decolonizar não é parte das políticas editoriais dos noticiários. As rotinas produtivas focadas na factualidade não contribuem para produções narrativas que possam desatar estruturas sociais complexas, mesmo as emissoras sendo localizadas em uma região dinâmica em termos culturais e étnicos.

Não há dúvidas que a comunicação é necessária para a concretude do projeto decolonial. Todavia, deve ser comprometida com a libertação e a pluralidade de vozes e de atores, permitindo uma releitura da matriz colonial em diferentes áreas, incluindo a da própria comunicação. Logo, deve combater às dicotomias simplificadoras, o silenciamento e a desumanização, reconhecendo outras formas, inclusive cognitivas, de estar no mundo (Villanueva; Lima; Carrasco, 2023).

Uma reflexão final, delineada ao longo do processo de pesquisa com as emissoras comerciais, é de que o compromisso com a decolonização do ser, do saber e do poder remete à demanda de um olhar para a instância da produção, para quem produz a narrativa. Além das emissoras comunitárias, iniciativas de projetos informativos audiovisuais idealizados e concebidos pelos condenados emergem como potencial espaço midiático para tornar concreto o efeito transformador que rege a decolonialidade. Essas iniciativas podem ser um caminho, ainda a ser percorrido, para suprir a lacuna identificada nesta pesquisa: a importância de os condenados não apenas comporem as narrativas, mas de estabelecerem um gesto de alteridade com o intuito de que outras pessoas tomem consciência dos efeitos da colonialidade, em atenção à atitude e ao giro decolonial.

³ A Universidade Federal de Roraima realiza desde 2007 o Processo Seletivo Específico Indígena (PSEI), que oferta vagas em cursos de graduação para pessoas indígenas. O Curso de Jornalismo disponibiliza anualmente cinco vagas para o PSEI.

Referências

- ALMEIDA, B.; SALLET, B. Acesso à justiça e decolonialidade: uma análise da situação do réu indígena no Brasil. **Rev. Direitos Sociais e Políticas Públicas**, v. 10, n. 1, p. 95-126, 2022.
- BARRETTO FILHO, H. Trindade. Bolsonaro, Meio Ambiente, Povos e Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais: uma visada a partir da Amazônia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 1-9, 2020.
- BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOQUEL, R. Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOQUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2024, p. 09-26.
- COSTA, M. A institucionalização e o disciplinamento de crianças indígenas nas missões salesianas do Amazonas/Brasil (1923-1965). **Rev. Brasileira de História da Educação**, v. 21, n. 1, p. 1-26, 2021.
- COUTINHO, I. **Dramaturgia do telejornalismo**: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2012.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.
- KNEIPP, V. **Trajétoira da formação do telejornalista brasileiro**: as implicações do modelo americano. 2008. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Paulo, SP.
- KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **O Espírito da Floresta**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- LOSCHI, M. Internet chega a 74,9 milhões de domicílios do país em 2024. **Agência IBGE**, Rio de Janeiro, 24 jul. 2025.
- MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOQUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2024, p. 27-54.
- MARCONDES FILHO, C. **O princípio da razão durante**: o conceito de comunicação e a epistemologia metapórica. São Paulo: Paulus, 2010.
- MENDES, J. A.; MENEZES, F. Política migratória no Brasil de Jair Bolsonaro: “perigo estrangeiro” e retorno à ideologia de segurança nacional. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, Salvador, n. 247, p. 302–321, 2019.
- MOTTA, L. G. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Ed. UnB, 2013.
- OLIVEIRA FILHO, J. T. S. Teleperiodismo de fronteira y decolonialidad: reflexiones teóricas y propuesta para el análisis de narrativas. **Razón y Palabra**, v. 29, n. 122, p. 1–20, 2025.
- OLIVEIRA FILHO, J. T. S. Televisão regional no Brasil: uma proposta de sistematização de períodos históricos. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 10, n. 1, p. 131-148, 2021.
- PORCELLO, F. Desafios, limites e possibilidades da rede de pesquisadores em telejornalismo. **Brazilian Journalism Research**, v. 7, n. 2, p. 43–57, 2011.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América. In LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.
- RAMALHO, Y. Lula vence em apenas uma cidade de Roraima e Bolsonaro recebe maior percentual de votos do país no estado. **g1 Roraima**, Boa Vista, 31 out. 2022.
- SANTOS, B. **O futuro começa agora**. São Paulo: Boitempo, 2021.



SANTOS, G. The negacism and the deconstruction of racism in brazilian society. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 7, p. 1-10, 2022.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da USP, 1998.

SOARES, M. Por que a demarcação de Terras Indígenas não avança? Entenda. **Instituto Socioambiental**, 21 fev. 2024.

SODRÉ, M. **Narração do fato**: Notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

SOUSA, A.; OLIVEIRA, G.; ALVES, L. A Pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

VILLANUEVA, E.; LIMA, V.; CARRASCO, H. E. Comunicação-decolonialidade: insurgências epistêmicas, teóricas e práticas. **Rev. Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 22, n. 42, p. 18-22, 2023.

VIZEU, A. Telejornalismo: das rotinas produtivas à audiência presumida. In: VIZEU, A.; PORCELLO, F.; MOTA, C. (Orgs.). **Telejornalismo**: a nova praça pública. Florianópolis: Insular, 2006, p. 19-40.

VIZEU, A. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. **Famecos**, v. 16, n. 40, p. 77-83, 2009.

WALSH, C. Interculturalidade e Decolonialidade do Poder: um pensamento e posicionamento “Outro” a partir da diferença colonial. **Rev. Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade de Pelotas**, v. 5, n. 1, p. 6-39, 2019.